

Clube de Engenharia apresenta a sua plataforma aos candidatos à Presidência: “Desenvolvimento sustentável e soberano requer ação do Estado”

Documento elaborado pelo Clube aponta os principais entraves e necessidades dos setores estratégicos para o desenvolvimento do país

O Clube de Engenharia do Rio de Janeiro lançou Documento aos Candidatos à Presidência da República em que expõe os posicionamentos da engenharia brasileira aos setores estratégicos para o desenvolvimento do país. O documento foi elaborado por engenheiros associados ao Clube e aprovado em suas instâncias deliberativas.

Segundo os engenheiros, o objetivo do documento é apresentar as questões centrais para consolidar um projeto de desenvolvimento soberano para o país, que aproveite plenamente nossas potencialidades.

“O desenvolvimento sustentável e soberano do Brasil não ocorrerá espontaneamente ou como resultado das forças de mercado. Na opinião do Clube de Engenharia, no mundo globalizado e com assimetrias e desigualdades tão marcantes como o atual, o alcance de tal objetivo requer a ação do Estado, políticas públicas orientadas para atingir. Daí, reitera-se a importância do primado de planejamento”, ressalta o Clube.

Abaixo publicamos o resumo dos oito pontos do documento.

PETRÓLEO

A capacidade de a Petrobras responder às necessidades do país ficou evidente após a perniciosa queda do monopólio estatal, pois coube a ela prover praticamente a quase totalidade das novas reservas descobertas bem como o aumento da produção, essenciais às necessidades presentes e futuras dos brasileiros. É evidente para o Clube de Engenharia que a exploração e gestão de recursos naturais não renováveis, como o petróleo e o gás natural, na ausência do desejável regime de monopólio de Estado, dependem de decisão política de investimentos do aparato estatal, o único que pode colocar o interesse estratégico nacional acima da exclusiva preocupação com o lucro.

Para o petróleo brasileiro ser de fato dos brasileiros e a eles servir, é imperativo fortalecer a Petrobras, em especial suas unidades de Exploração e Produção, que representam as atividades estratégicas de qualquer empresa petrolífera. A Petrobras já descreve reservas que alcançam cerca de 60 bilhões de barris e precisa continuar dando a sua contribuição à matriz energética nacional, hoje de ordem de 47%. Registra-se que a Petrobras é a única das grandes petrolíferas mundiais que aumentam anualmente as suas reservas, o que explica a contundência das críticas feitas a ela por parte de agentes e defensores de interesses internacionais.

No caso do aproveitamento das reservas do Pré-Sal algumas orientações estratégicas devem ser adotadas. A primeira delas é a de o Brasil não se tornar um expressivo exportador de petróleo bruto, mas sim promover a agregação de valor ao hidrocarboneto produzido.

A outra diretriz estratégica é de explorar o Pré-Sal em ritmo compatível com as necessidades de consumo brasileiro e, também, com as possibilidades de maximizar as compras de bens e serviços no País.

No que concerne à cessão onerosa de reservas para o aumento do capital da Petrobras, ao abrigo da Lei 12.276/2010, consideramos inadmissível a desvinculação das reservas excedentes, prospectadas e certificadas, nos blocos cedidos pela União para o aumento do capital da Petrobras. A incorporação de tais excedentes ao patrimônio da empresa, tanto como contrapartida, quanto ao seu posterior leilão. A propósito, o Clube de Engenharia vem há tempos propagando pelo fim das leis de, de qualquer natureza, para a exploração de hidrocarbonetos, tanto em

Brasil nas próximas décadas.

ENERGIA ELÉTRICA

Nos últimos vinte anos foi implantado, e se consolidado, o modelo de mercado no setor elétrico. Com a sancção da Lei 10.848/2004, o modelo mercantil tornou-se uma política de Estado. Desde então e até o advento da Medida Provisória 579/2012, já convertida na Lei 12.783/2013, as tarifas de energia elétrica subiram 80% para os consumidores residenciais, 130% para os industriais e os investimentos são na maior parte provenientes de empréstimos do BNDES. O racionalamento de 2001 e os apagões registrados na transmissão, os “apagões” e os “barreiros” explosivos das distribuidoras, são claras demonstrações que os serviços perderam eficiência em relação aos tempos pré-mercantil. Justamente o contrário do que se dizia no início do processo de mercantilização.

Mais recentemente, com o advento da MP 579 e a vigência da Lei que dela resultou, pode ocorrer significativo enfraquecimento da Eletrobras e de suas subsidiárias, situação que precisaria ser revertida. Ajustes imprescindíveis nos métodos, critérios e instrumentos que melhoram a operação do Sistema e precisam custos e tarifas para os usuários e, também, para o adequado aproveitamento dos recursos hídricos do Brasil, agora e no futuro.

TELECOMUNICAÇÕES

A regulamentação do setor de telecomunicações é uma colcha de retalhos de leis reconhecidamente ultrapassadas e que não permitem um adequado provimento dos serviços à população. Os Artigos 220 a 223 da Constituição Federal de 1988, que tratam da Comunicação Social, até hoje carecem de regulamentação.

Temos deficiências na prestação de praticamente todos os serviços de telecomunicações em nosso país. Dificuldades de sinal, chamadas que não se completam, que caem com frequência, centros de atendimento que não respondem às reclamações, tarifas e preços desalinhados com a realidade internacional, e outras. Por sua vez, a ANATEL não atua adequadamente na fiscalização dessas irregularidades. As multas eventualmente aplicadas às operadoras em sua grande maioria são efetivamente recolhidas aos cofres públicos, como já identificou o TCU.

A Banda Larga vem se tornando um serviço essencial para a sociedade, e praticamente todas as atividades do mundo moderno passam por sua infraestrutura de rede. A universalização do serviço é fator de desenvolvimento social e econômico.

SETOR MINERAL

O setor mineral participa com 4,2% do PIB e 20% do total das exportações brasileiras, gerando um milhão de empregos diretos, o equivalente a 8% dos empregos na indústria.

Em 2010 o Governo Federal apresentou, para consulta pública, o Plano Nacional de Mineração 2030, proposta um novo Código de Mineração que substituiria a quase seiscentas regulamentações anteriores (Decreto-Lei 227/1967), alterando parcialmente nos anos 90.

Apesar das iniciativas, embora signifiquem avanços em relação à situação anterior, são insuficientes. Podem ser citadas, dentre outras, a carência de um concreto e objetivo posicionamento estratégico do País na área de mineração.

Os recursos minerais do País devem suprir o consumo interno e, quando exportados, é desejável que tenham valor agregado.

A pesquisa mineral e a lavra de jazidas não podem ficar reféns da especulação, seja dos cartéis internacionais, ou aquela - informal e desordenada - que grava a exploração na obtenção e manutenção de direitos minerários inávios por longos períodos.

PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

É necessária a definição de uma Política de Estado para o setor nuclear, que conte com



Francis Bogossian, presidente do Clube de Engenharia

expectativas de demanda em um horizonte mínimo de trinta anos, de forma a alinhar os objetivos e interesses dos atores e instituições que atuam na área nuclear do País.

Para tanto é imprescindível a criação ou a designação de um órgão gestor do Programa Nuclear.

O Brasil é um dos poucos países do mundo que detém a tecnologia do ciclo do combustível e possui reservas de urânio em quantidade mais que suficiente para atender suas necessidades estimadas em um horizonte superior a 50 anos.

Mas para o Brasil atingir a auto-suficiência na geração nuclear, ainda falta construir a fábrica de conversão do urânio em hexafluoreto de urânio e concluir a instalação de enriquecimento de urânio.

A conclusão do Reactor Multipropósito Brasileiro (RMB) é fundamental para o Brasil se tornar auto-suficiente na produção de Molibdénio-99. Este radioisótopo é essencial na produção de radiofármacos utilizados na medicina nuclear e o País ainda importa a totalidade do Molibdénio-99 necessário. O Submarino Nuclear é outro projeto em execução, mas lentamente devido à escassez dos recursos a ele destinados.

TRANSPORTES E LOGÍSTICA

O sistema de transportes é básico para o funcionamento da economia de qualquer país. Para a racionalização e a integração multimodal de nossa matriz de transportes seriam necessários investimentos públicos e privados, aplicados em suas faixas próprias de viabilidade, cabendo a exigência de um sustentado desempenho segundo os melhores padrões internacionais, fomentar as pesquisas, a geração de tecnologia e inovações próprias no País, bem como a formação de engenheiros e técnicos.

A implementação do Programa de Investimentos em Logística (PIL), sem negligenciar o caráter de supridor de serviço público que tem o setor, objetivando a redução dos custos e a melhoria dos serviços prestados.

ENGENHARIA, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Para as nações emergentes a conquista do desenvolvimento econômico equilibrado, sustentável e socialmente inclusivo é um desafio.

A expansão do mercado interno de consumo de massa, que deve prosseguir nos próximos anos, desta feita associada à expansão da produção dos bens necessários ao atendimento dessa demanda, bem como dos investimentos para a eliminação dos gargalos existentes nos setores de infraestrutura e logística e daqueles destinados à expansão da nossa matriz energética.

A realização desses investimentos vai necessitar de uma enorme e diversificada quantidade de componentes, sistemas, equipamentos e serviços especializados. Isso requer uma atitude vigorosa na exigência de conteúdo nacional que integre tal investimento, o que é imprescindível para avançar nesse novo modelo de desenvolvimento.

O desenvolvimento tecnológico e as inovações na produção

e constitui uma poderosa medida protecionista. O Estado brasileiro precisa agir com firmeza para minorar os impactos nocivos à nossa economia.

EMPRESA BRASILEIRA DE CAPITAL NACIONAL

É inaceitável que o Estado não promova uma política industrial e o aprofundamento dos programas de apoio à empresa genuinamente brasileira. Será somente através do estabelecimento de uma aliança sustentável e permanente com a empresa privada de capital nacional que garantiremos a verdadeira soberania brasileira.

O governo que tomar posse em janeiro de 2015, seja qual for, deve comprometer-se,

inclusive, com a reforma constitucional no sentido de restaurar a diferenciação entre empresas brasileiras controladas por capital nacional e empresas controladas no exterior que operam no Brasil. Este é um ponto central, pois está em jogo o Brasil - ao longo deste Século XXI - construirá sua verdadeira soberania e assumirá suas irrenunciáveis responsabilidades geopolíticas mundiais ou será um gigante país dependentes e submisso ao processo neocolonial inaugurado internacionalmente pelas ondas neoliberalistas.

E é importante insistir na expansão e na sustentação um setor industrial forte e com competência para suprir as necessidades do mercado interno e as demandas do exterior. Não podem ocorrer situações que comprometam a saúde do setor industrial. Dentro todas as ameaças dessa natureza hoje existentes no Brasil a mais grave é a excessiva desvalorização cambial que avulta monetariamente a competitividade de nossas empresas, tanto no mercado interno quanto nas exportações.

O incentivo adotado pelos governos das economias desenvolvidas para neutralizar as crises que lá ocorreram, nos afeta

industrial brasileiro são urgentemente necessários sob pena do aprofundamento do processo de desindustrialização que já nos assola. Sem alinhamento com o “estado da arte” nada se conseguirá. O Estado, através das empresas por ele controladas, precisa assumir um papel de liderança nessa verdadeira cruzada. Suas agências de financiamento - BNDES e FINEP - também.

E é importante insistir na expan-

são e nos investimentos que a invasão à Gaza tiver cessado. É um poderoso protesto contra o fratricídio desproporcional que está revoltando o mundo todo. Qual foi a reação de Aécio Neves sobre essa guerra? Nenhuma. Apenas silêncio. Silêncio comprometedor de concordância. Ele concorda porque essa é a posição do seu grupo político em questões internacionais. “Eles sempre deram todo apoio aos Senhores da Guerra que invadem países vizinhos com suas armas poderosas, matando civis e destruindo tudo, para obter benefícios expansionistas”. O Brasil é um país que acolhe, sem distinção, todo e qualquer cidadão estrangeiro que aqui deseja viver, sem qualquer discriminação. Um gigante humanitário. “E se orgulha de ser um anão-da-guerra”.

Carlos César Micalli Cantu - por correio eletrônico

Titã da América

A Presidenta Dilma sinalizou que o embaixador brasileiro somente retornará a Israel depois que a invasão à Gaza tiver cessado. É um poderoso protesto contra o fratricídio desproporcional que está revoltando o mundo todo. Qual foi a reação de Aécio Neves sobre essa guerra? Nenhuma. Apenas silêncio. Silêncio comprometedor de concordância. Ele concorda porque essa é a posição do seu grupo político em questões internacionais. “Eles sempre deram todo apoio aos Senhores da Guerra que invadem países vizinhos com suas armas poderosas, matando civis e destruindo tudo, para obter benefícios expansionistas”. O Brasil é um país que acolhe, sem distinção, todo e qualquer cidadão estrangeiro que aqui deseja viver, sem qualquer discriminação. Um gigante humanitário. “E se orgulha de ser um anão-da-guerra”.

As parcerias com empresas e grupos multinacionais, sejam para acesso a processos e produtos tecnologicamente avançados ou portadores de inovações, sejam para obtenção de recursos para o financiamento dos investimentos, deverão ser concretizadas, sempre, com a permanência do controle em mãos do parceiro nacional, seja ele privado ou estatal. As tecnologias buscadas deverão ser absorvidas e adaptadas por engenheiros e técnicos aqui radicados, sendo assim enraizadas no ambiente nacional. Com isso ter-se-á a base para assegurar ao Brasil os benefícios de futuros desenvolvimentos aqui realizados.

As parcerias com empresas e grupos multinacionais, sejam para acesso a processos e produtos tecnologicamente avançados ou portadores de inovações, sejam para obtenção de recursos para o financiamento dos investimentos, deverão ser concretizadas, sempre, com a permanência do controle em mãos do parceiro nacional, seja ele privado ou estatal. As tecnologias buscadas deverão ser absorvidas e adaptadas por engenheiros e técnicos aqui radicados, sendo assim enraizadas no ambiente nacional. Com isso ter-se-á a base para assegurar ao Brasil os benefícios de futuros desenvolvimentos aqui realizados.

Zé Luis (PPL) sofreu uma tentativa de impugnação da sua candidatura

Candidatura de Zé Luis Lago para governador do Maranhão é validada

O médico Zé Luis Lago (PPL) teve sua candidatura ao governo do Estado deferida nesta quinta-feira (31), de forma unânime, pelos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Irmão do ex-governador Jackson Lago, ele concorre compõe chapas com a advogada Cristiana Jansen de Melo Fonseca, sua candidata a vice, também, pelo PPL.

A candidatura do médico havia sido impugnada pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) - pedido de um candidato ao cargo de deputado federal sob alegação de que ele não possuía filiação partidária há mais de um dia da data da eleição.

“Não vejo prova de que José Luis não esteja filiado ao PPL. Pelo contrário, o que se percebe é que, de fato, há somente alguma pendência menor, pois a própria Justiça Eleitoral declara que o candidato encontra-se filiado, mesmo porque ninguém alheio aos quadros de um partido pode ser presidente estadual da agremiação”, destacou em seu voto o desembargador eleitoral Daniel Blume, relator do processo.

“Uma ação de verdadeira má-fé. O que consta na impugnação é que nós não somos filiados ao PPL. Sou fundador nacional do PPL, que tem os mesmos ideais, na sua história e no seu ideário, do PDT de Jackson Lago”, apontou o candidato do PPL, ao defender sua candidatura, em entrevista coletiva.

Segundo Zé Luis Lago, a impugnação de sua candidatura era uma tentativa da candidatura de Flávio Dino (PCdoB) de reduzir o número de adversários: “Ele (Flávio Dino) quer ganhar a eleição por WO impugnando as candidaturas de seus adversários. [...] Ele quer tirar o direito que temos de nos candidatar, mas não vamos nos render a esse tipo de manobra. Vamos lutar por um Maranhão livre, que é justamente o que esse candidato não quer”, declarou.



SP: caminhada condenou massacre na Faixa de Gaza

CARTAS
horadopovo@horadopovo.com.br

Mudança Interior

Eu, como sempre, iria votar nulo para presidente, mas depois que Dilma mando retirar nosso embaixador da entidade sionista (Israel) por não aceitar o genocídio que os judeus perpetraram contra os árabes palestinos, meu voto será dela. Viva a Palestina!

Fernando Faruk Hamza - por correio eletrônico

Nota da Redação: Bem, leitor, finalmente uma medida acertada em quatro anos de medidas erradas. Já dizia Zarathustra, antes votar nulo do que votar numa nailidade. Mas o voto é seu.

Titã da América

A Presidenta Dilma sinalizou que o embaixador brasileiro somente retornará a Israel depois que a invasão à Gaza tiver cessado. É um poderoso protesto contra o fratricídio desproporcional que está revoltando o mundo todo. Qual foi a reação de Aécio Neves sobre essa guerra? Nenhuma. Apenas silêncio. Silêncio comprometedor de concordância. Ele concorda porque essa é a posição do seu grupo político em questões internacionais. “Eles sempre deram todo apoio aos Senhores da Guerra que invadem países vizinhos com suas armas poderosas, matando civis e destruindo tudo, para obter benefícios expansionistas”. O Brasil é um país que acolhe, sem distinção, todo e qualquer cidadão estrangeiro que aqui deseja viver, sem qualquer discriminação. Um gigante humanitário. “E se orgulha de ser um anão-da-guerra”.

As parcerias com empresas e grupos multinacionais, sejam para acesso a processos e produtos tecnologicamente avançados ou portadores de inovações, sejam para obtenção de recursos para o financiamento dos investimentos, deverão ser concretizadas, sempre, com a permanência do controle em mãos do parceiro nacional, seja ele privado ou estatal. As tecnologias buscadas deverão ser absorvidas e adaptadas por engenheiros e técnicos aqui radicados, sendo assim enraizadas no ambiente nacional. Com isso ter-se-á a base para assegurar ao Brasil os benefícios de futuros desenvolvimentos aqui realizados.

Zé Luis (PPL) sofreu uma tentativa de impugnação da sua candidatura

Candidatura de Zé Luis Lago para governador do Maranhão é validada

O médico Zé Luis Lago (PPL) teve sua candidatura ao governo do Estado deferida nesta quinta-feira (31), de forma unânime, pelos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Irmão do ex-governador Jackson Lago, ele concorre compõe chapas com a advogada Cristiana Jansen de Melo Fonseca, sua candidata a vice, também, pelo PPL.

A candidatura do médico havia sido impugnada pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) - pedido de um candidato ao cargo de deputado federal sob alegação de que ele não possuía filiação partidária há mais de um dia da data da eleição.

“Não vejo prova de que José Luis não esteja filiado ao PPL. Pelo contrário, o que se percebe é que, de fato, há somente alguma pendência menor, pois a própria Justiça Eleitoral declara que o candidato encontra-se filiado, mesmo porque ninguém alheio aos quadros de um partido pode ser presidente estadual da agremiação”, destacou em seu voto o desembargador eleitoral Daniel Blume, relator do processo.

“Uma ação de verdadeira má-fé. O que consta na impugnação é que nós não somos filiados ao PPL. Sou fundador nacional do PPL, que tem os mesmos ideais, na sua história e no seu ideário, do PDT de Jackson Lago”, apontou o candidato do PPL, ao defender sua candidatura, em entrevista coletiva.

Segundo Zé Luis Lago, a impugnação de sua candidatura era uma tentativa da candidatura de Flávio Dino (PCdoB) de reduzir o número de adversários: “Ele (Flávio Dino) quer ganhar a eleição por WO impugnando as candidaturas de seus adversários. [...] Ele quer tirar o direito que temos de nos candidatar, mas não vamos nos render a esse tipo de manobra. Vamos lutar por um Maranhão livre, que é justamente o que esse candidato não quer”, declarou.